

AVISO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA

Boa Vista – RR, 16 de junho 2026.

Dispensa de Licitação n.º 90____.2026

Processo Administrativo n.º 0003/2026

Contratante: Conselho Regional de Odontologia do Estado de Roraima.

Data do início do recebimento de propostas: 17/06/2026

Horário da fase de lances: 09h00 às 15h00 (horário de Brasília)

Critério de julgamento: Menor preço.

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Torna-se público que o Conselho Regional de Odontologia do Estado de Roraima, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de veículos, por meio de caminhão do tipo “cegonha”, incluindo coleta, transporte e entrega, com cobertura de seguro total, para 03 (três) veículos, sendo 1 (um) veículo Fiat Cronos, no trajeto de Belém/PA para Boa Vista/RR; 1 (um) veículo da marca Toyota, modelo Corolla XEI 2.0, ano/modelo 2025/2025, placa OVO2174, no trajeto de Boa Vista/RR para Brasília/DF; e 1 (um) veículo tipo pick-up, com trajeto a ser posteriormente definido pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.1. Considerando que o presente caso se enquadra no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, bem como o Parecer Jurídico constante dos autos, **DECLARO** ser dispensada a licitação e **AUTORIZO** a realização da dispensa com disputa.

1.2. A execução, fornecimento e demais disposições se darão conforme o exposto no Termo de Referência do **Processo 003/2026 – CRO/RR**;

1.3. O valor máximo para a execução do contrato é de R\$10.248,50 por rota, totalizando o valor das três rotas **R\$30.745,50**.

1.4. A **proposta de preços deverá contemplar a totalidade do objeto licitado**, apresentando a composição dos preços de **forma individualizada para cada item**, objeto, serviço, fornecimento ou componente que integre a contratação.

1.5. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

1.5.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

1.5.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

1.5.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1.5.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

1.5.5. que não atendam às condições deste Aviso e seu(s) anexo(s);

1.5.6. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

1.5.7. que se enquadrem nas seguintes vedações:

1.5.8. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.5.9. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou



subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 1.5.10. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 1.5.11. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 1.5.12. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 1.5.13. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 1.5.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 1.5.15. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
 - 1.5.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
 - 1.5.17. Sociedades cooperativas.
 - 1.5.18. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.6. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
 - 1.7. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto

ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

- 1.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 1.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 1.10. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 1.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
 - 1.11.1. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
 - 1.11.2. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
 - 1.11.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 1.11.4. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 1.11.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 1.11.6. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso e seus anexos;
 - 1.11.7. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

- 1.11.8. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 1.11.9. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 2.11 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 2.11 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- a. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 2.12 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- b. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso.
- c. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$10,00 (dez reais)**.
- 2.13 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 2.14 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 2.15 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 2.16 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.



- 2.17 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 2.18 A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação, e deverão constar:
- 2.19 Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa proponente;
- 2.110 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da proposta;
- 2.111 Dados bancários da empresa, com número do banco, conta corrente e agência;
- 2.112 A proposta deverá ser apresentada com a descrição do objeto ofertado, atendendo integralmente o Termo de Referência.
- 2.113 A licitante deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item ou serviço, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 2.114 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 2.115 A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 2.116 A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 2.117 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.



- 2.118 Qualquer elemento que possa identificar a licitante no cadastro dos dados da proposta no sistema compras.gov.br importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 2.119 As propostas terão validade de no **mínimo 60 (sessenta) dias** contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 2.120 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 2.121 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento comomicroempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no Termo de Referência.
- 2.122 Demais informações pertinentes estão previstas no Termo de Referência que obriga os participantes, do qual não pode se alegar desconhecimento, bem como os demais documentos publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e os documentos constantes do Processo Administrativo de referência.
- 2.123 A visita técnica ao local de execução do objeto constitui faculdade do interessado, com a finalidade de permitir o pleno conhecimento das condições físicas, operacionais e logísticas que possam influenciar a elaboração da proposta. A responsabilidade pela verificação das condições locais é exclusiva do futuro contratado, não podendo a ausência de visitação ser alegada posteriormente como fundamento para desconhecimento das condições de execução, solicitação de aditivos, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação de prazos, ressalvadas as hipóteses de fatos supervenientes, imprevisíveis ou alheios à diligência ordinária do contratado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório
- 2.124 O Agente de Contratação poderá solicitar dos Proponentes todos os



documentos pertinentes para o regular julgamento do feito.

DANIELA FAVALLI JACCOMO
PRESIDENTE DO CRO/RR